

TÓPICO

Tópico Locações de Galpões e Equipamentos para Indústrias S.A.

CNPJ/MF Nº 08.259.544/0001-84

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos mais um ano de resultados sólidos, com crescimento da receita líquida. A receita líquida da Tópico atingiu R\$ 255,1 milhões no final de 2025 – a maior da história da Companhia, gerando um crescimento de 1,63% em relação ao final do ano anterior. O EBITDA contábil alcançou R\$ 118,4 milhões, uma redução de -10,0% em relação ao mesmo período do ano anterior e -5,5% de margem líquida. O crescimento da receita em 2025 foi impulsionado principalmente pela expansão da base instalada e pela sólida performance na gestão de yield. Adicionalmente, a Companhia manteve uma gestão eficiente de custos ao longo do período, reforçando sua competitividade e posicionamento no mercado. Cabe destacar que o resultado apresentado em 2024 foi impactado positivamente pelo recebimento do pleito da Vale, no montante líquido de R\$ 18,8 milhões. Ao longo do ano, fizemos importantes ajustes na nossa operação, com objetivo de trazer reduções de custos e eficiências nos próximos anos. Mais uma vez, agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e comprometimento e aos nossos clientes, investidores, acionistas, fornecedores e demais parceiros de negócios pela confiança nos nossos planos.

Tabela 1 | Principais Indicadores de Resultados

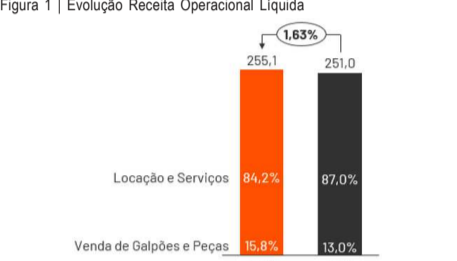
(R\$ milhões)	2025	2024	Δ%
Base Instalada (000 m²)	1.569	1.516	3,5%
Receita Operacional Líquida	255,1	251,0	1,6%
EBITDA contábil (tabela 2)	118,4	131,5	-10,0%
EBITDA debênture (nota explicativa 11)	126,4	121,1	4,3%
Margem EBITDA (%)	46,4%	52,4%	-6p.p.
Lucro Líquido	46,2	59,2	-22,0%
Margem Líquida (%)	18,1%	23,6%	-5,5p.p.
Dívida Líquida	142,6	43,4	228,6%
Dívida Líquida/EBITDA contábil LTM (x)	1,2x	0,3x	0,9x
Dívida Líquida/EBITDA debênture LTM (x)	1,1x	0,4x	0,7x

(*) Diferença entre Ebitda contábil e Ebitda debênture se deve à provisão de Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber e outras (despesas) e receitas operacionais, líquidas.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional líquida atingiu R\$ 255,1 milhões em 2025, um crescimento de 1,63% em relação ao ano anterior.

Figura 1 | Evolução Receita Operacional Líquida



O aumento da receita é resultado, principalmente, pelo aumento na base instalada e pela gestão de yield, assim como pelo maior fluxo de serviços de conservação dos galpões.

BASE INSTALADA

Em 2025, a base instalada da Tópico cresceu 3,5% em relação ao ano anterior, atingindo 1.569 mil m². O aumento reflete o maior volume de montagens para novos clientes, superior às desmontagens relacionadas ao encerramento de contratos no período.



Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	58.031	94.221
Contas a receber de clientes	7	44.815	66.459
Estoques		1.611	1.410
Impostos a recuperar	8	1.240	2.696
Despesas pagas antecipadamente		566	616
Outros ativos		5.402	2.531
Total do ativo circulante		111.665	167.933
Não Circulante			
Depósitos judiciais e cauções	15	93	95
Outras contas a receber	15	876	1.109
Impostos diferidos ativo	14	41.381	33.569
Total do realizável a longo prazo		42.350	34.773
Imobilizado	9	199.913	185.016
Intangível		614	931
Total do ativo não circulante		242.877	220.720
Total do ativo		354.542	388.653

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Capital Social	Reserva de lucros	Reserva legal	Lucro líquido do exercício	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024		57.378	47.328	5.575	30.666	7.714	-	148.661
Aumento de capital social	16 a	30.665	-	-	(30.665)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	16 d	-	-	-	59.189	-	(19.438)	(19.438)
Distribuição de dividendos	16 d	-	-	2.959	-	-	(2.959)	(562)
Reserva legal	16 d	-	-	-	-	(2.002)	2.002	-
Realização de avaliação patrimonial por depreciação do imobilizado, líquida de efeitos tributários	16 b	-	32.181	-	6.051	(6.052)	(38.232)	-
Transferência para reserva de lucros		88.043	79.509	8.534	6.052	5.712	-	187.850
Saldo em 31 de dezembro de 2024		88.043	79.509	8.534	6.052	5.712	-	187.850
Lucro líquido do exercício		-	-	2.307	-	-	46.150	46.150
Reserva legal	16 d	-	-	-	-	-	(2.307)	(437)
Dividendos mínimos obrigatórios	16 d	-	-	-	-	-	381	(437)
Reversão de dividendos a distribuir	16 d	381	-	-	-	-	-	381
Distribuição de dividendos	16 d	-	(79.890)	-	(6.052)	-	(44.902)	(130.844)
Realização de avaliação patrimonial por depreciação do imobilizado, líquida de efeitos tributários	16 b	-	-	-	-	(1.540)	1.540	-
Transferência para reserva de lucros		88.043	44	10.841	4.172	-	(44)	103.100
Saldo em 31 de dezembro de 2025		88.043	44	10.841	4.172	-	-	103.100

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2024 - (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Tópico Locações de Galpões e Equipamentos para Indústrias S.A. ("Tópico", ou "Companhia") é uma Companhia de capital fechado no segmento de soluções de infraestrutura flexível, fabricante das próprias estruturas de aço, lona e zinco. Presta também serviços de montagem, desmontagem e manutenção das estruturas. A Companhia foi constituída em 1979, historicamente fundada para atender a demanda de toldos e coberturas de lona. Ao longo dos anos, especializou-se em estruturas de armazenagem. Em 18 de agosto de 2006, a Companhia tornou-se "Tópico Locações de Galpões e Equipamentos para Indústrias Ltda.". Em 15 de agosto de 2014 a Companhia transformou-se em sociedade anônima, de capital fechado, quando então passou a ser denominada "Tópico Locações de Galpões e Equipamentos para Indústrias S.A.". Em 23 de dezembro de 2014, o fundo de Private Equity Southern Cross Group adquiriu participação de 70% na Tópico através da empresa SCG IV Holding S.A. A Companhia tem sede na Avenida Jorge Alfredo Camasme, número 122, no Bairro Parque Industrial Ramos de Freitas - Lote 20 - Quadra C, na cidade de Embu das Artes, no Estado de São Paulo.

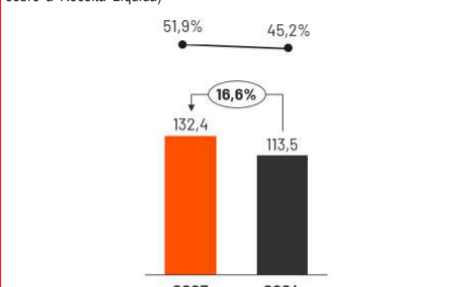
2. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07 (R1), emitida pelo CPC em novembro de 2023, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas no curso normal das operações e no pressuposto da continuidade dos negócios da Companhia. Ao preparar as demonstrações financeiras, a Diretoria realizou a avaliação da capacidade da Companhia em continuar operando para o próximo exercício. O capital circulante líquido "CCL" da Companhia em 2025, estava positivo em R\$ 79.661 (R\$ 74.496 em 2024). Além disso a Companhia apresentou lucro líquido no exercício de 2025. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Diretoria concluiu por não existir incertezas e tampouco dúvidas sobre a continuidade das operações da Companhia aqui apresentadas. A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2026. a) Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$) e todos os valores são arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. Em certas circunstâncias, isso pode levar certas diferenças não significativas de arredondamento entre a soma dos números e os subtotais apresentados nos quadros.

A maior concentração de base está situada nas regiões Sudeste e Sul, correspondendo em aproximadamente 75% dos metros locados, mantendo nossa atuação dos últimos anos, reforçando nossa credibilidade e fidelização dos nossos clientes.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (CPV)

O CPV somou R\$ 132,4 milhões em 2025, aumento de 16,6% em relação ao período anterior. O CPV representou 51,9% da receita operacional líquida no ano e 45,2% em 2024.

Figura 2 | Evolução do Custo dos Produtos Vendidos (R\$ milhões) (% sobre a Receita Líquida)

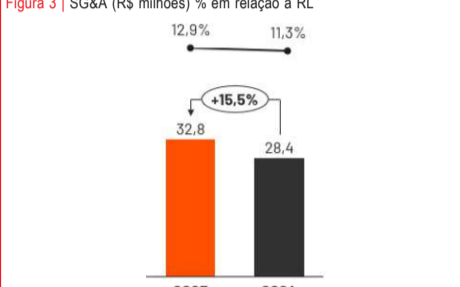


Cabe destacar que o resultado de 2024 foi positivamente impactado pelo recebimento do pleito da Vale, no valor líquido de R\$ 18,8 milhões. Desconsiderando esse efeito não recorrente, o CPV de 2025 permaneceu sob controle e em linha com o observado no ano anterior.

DESPESAS DE VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas operacionais somaram R\$ 32,8 milhões em 2025, aumento de 15,5% em relação ao período anterior. As Despesas representaram 12,9% da receita operacional líquida no ano e 11,3% em 2024.

Figura 3 | SG&A (R\$ milhões) % em relação a RL



Salários e Encargos: As despesas com salários e encargos somaram R\$ 19,1 milhões no final de 2025 e R\$ 17,9 milhões no final de 2024.

Consultorias e Assessorias: As despesas com consultorias e assessorias totalizaram R\$ 4,9 milhões ao final de 2025, em linha com o montante registrado ao final de 2024.

RESULTADO FINANCEIRO

Receitas Financeiras: As receitas financeiras somaram R\$ 11,9 milhões no final de 2025 e R\$ 10,7 milhões no final de 2024, ambos representando 4,6% e 4,3% da receita líquida, respectivamente. Nota-se também aumento da taxa CDI, a qual saiu 10,83% para 14,32% (acumulado 12 meses). Despesas Financeiras: As despesas financeiras somaram R\$ 23,9 milhões no final de 2025 e R\$ 24,9 milhões no final de 2024, uma queda de 3,8%, representando 9,4% e 9,9% da receita líquida, respectivamente ocasionadas, principalmente, pela amortização de parte da dívida em 2025 no valor de R\$ 10,0 milhões e redução de

Demonstrações dos resultados Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais - R\$), exceto o lucro líquido por ação

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita de contratos com clientes	17	255.093	251.032
Custo dos contratos com clientes	18	(132.404)	(113.527)
Lucro bruto		122.689	137.505
Despesas comerciais	18	(10.656)	(9.288)
Despesas administrativas e gerais	18	(22.110)	(19.064)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	7	(8.282)	(7.240)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	18	789	(267)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social		82.430	101.646
Despesas financeiras	19	(23.915)	(24.857)
Receitas financeiras	19	11.859	10.717
Resultado financeiro líquido		(12.056)	(14.140)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		70.374	87.506
Imposto de renda e contribuição social corrente	14	(32.036)	(31.966)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	7.812	3.649
Imposto de renda e contribuição social		(24.224)	(28.317)
Lucro líquido do exercício		46.150	59.189
Lucro básico por ação (em R\$)	16 f	0,52	0,95

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	46.150	59.189
Outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários	-	-
Resultado abrangente do exercício	46.150	59.189

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e os julgamentos significativos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerações razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhiaapura suas estimativas com relação ao futuro e premissas subjacentes. Quaisquer mudanças nas estimativas são reconhecidas prospectivamente. a) **Julgamentos e estimativas:** As informações sobre incertezas nas premissas e estimativas que têm um risco significativo de resultar em ajustes materiais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 7 - Mensuração de perdas de crédito esperada para contas a receber de clientes: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; • Nota explicativa 9 - Ativo imobilizado: determinação da vida útil e teste de redução ao valor recuperável; • Nota explicativa 14 - Reconhecimento de tributos correntes e tributos diferidos ativos e passivos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, bem como a incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro. • Nota explicativa 15 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; b) **Mensuração dos valores justos:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valores justos para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período de apresentação no momento que a mudança ocorreu. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 20 - Instrumentos financeiros. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para alguns instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

4. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, a menos que seja indicado de outra forma. a) **Transações em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira, se houver, são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio determinada naquela data. b) **Instrumentos financeiros:** i) **Ativos**

taxas de pré-pagamento de empréstimos. **Resultado Financeiro Líquido:** O resultado financeiro líquido totalizou R\$ 12,1 milhões negativos no final de 2025 contra R\$ 14,1 milhões negativos no final de 2024, representando 4,7% e 5,6% da receita líquida, respectivamente.

EBITDA

Tabela 2 | Composição do EBITDA contábil

EBITDA (R\$ milhões)	2025	2024	Δ%
Receita Operacional Líquida	255,1	251,0	1,6%
Lucro Líquido do Exercício	46,2	59,2	-22,1%
(+) Despesa IR e CS - Corrente e Diferido	24,2	28,3	-14,5%
(-) Receitas Financeiras	(11,9)	(10,7)	10,7%
(+) Despesas Financeiras	23,9	24,9	-3,8%
(+) Depreciações e Amortizações	36,5	29,8	22,2%
Margem EBITDA	46,4%	52,4%	-6p.p.

O EBITDA contábil alcançou R\$ 118,4 milhões ao final de 2025, representando uma redução de 10,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, com margem EBITDA de 46,4%. Desconsiderando o efeito não recorrente do Pleito Vale, o EBITDA de 2025 apresenta crescimento de 5,0%, refletindo principalmente o aumento da base instalada, melhorias na gestão de yield e o controle dos custos operacionais.

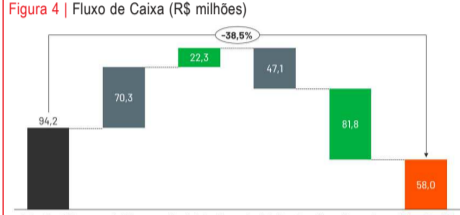
LUCRO DO EXERCÍCIO

O lucro líquido ficou positivo em R\$ 46,2 milhões no final de 2025, com 18,1% de margem líquida, contra R\$ 59,2 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior e 23,6% de margem líquida. Cabe destacar que o resultado de 2024 foi positivamente impactado por efeito não recorrente relacionado ao recebimento do pleito da Vale, no valor líquido de R\$ 18,8 milhões.

FLUXO DE CAIXA

Em 2025, a geração operacional de caixa foi positiva, refletindo principalmente a melhora no resultado operacional e a gestão eficiente dos estoques de ativos, embora parcialmente impactada pela elevada inadimplência de clientes específicos. No período, a Companhia amortizou integralmente sua dívida e realizou distribuição de dividendos aos acionistas. Como consequência, encerrou o exercício de 2025 com posição de caixa de R\$ 58,0 milhões, redução de 38,5% em relação ao saldo de R\$ 94,2 milhões registrado ao final de 2024.

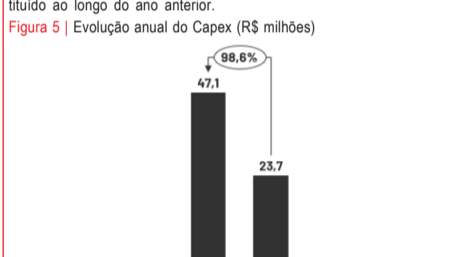
Figura 4 | Fluxo de Caixa (R\$ milhões)



INVESTIMENTOS (CAPEX)

O Capex da Companhia apresentado, refere-se à gestão do ativo constituído ao longo do ano anterior.

Figura 5 | Evolução anual do Capex (R\$ milhões)



O aumento dos investimentos deve-se principalmente à manutenção dos estoques provocados pelo crescimento em vendas associado à gestão e controle de ativos da empresa.

DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO

Tabela 3 | Disponibilidade e Endividamento

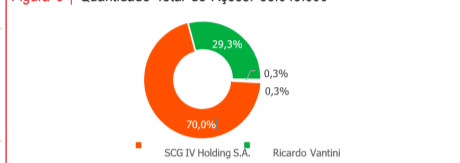
Endividamento (R\$ milhões)	2025	% Total	2024	% Total
Empréstimos Curto Prazo	0,0	0%	35,3	26%
Empréstimos Longo Prazo	197,9	100%	101,3	74%
Endividamento Total*	197,9	100%	136,7	100%
Disponibilidades	58,0	-	94,2	-

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Nos termos do Estatuto Social, 5% do lucro líquido serão aplicados na constituição da reserva legal, até que seu montante atinja 20% do capital social, e 1% serão destinados em distribuição do dividendo mínimo obrigatório. No exercício de 2025 a Companhia realizou distribuição de dividendos no total de R\$ 120 milhões.

ESTRUTURA ACIONÁRIA

Figura 6 | Quantidade Total de Ações: 88.043.000



GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia vem aprimorando suas práticas de governança corporativa na condução de seus negócios, para gerar ainda maior valor aos acionistas e demais partes interessadas. A Tópico iniciou processo de atualização e aprimoramento de suas práticas de governança corporativa em 2020 e atualmente tem o mais alto padrão de transparência e ética, materializado por meio de suas políticas, disponíveis para o acesso de todos os colaboradores, administradores e acionistas, e do comprometimento da administração com uma gestão eficiente e alicerçada primordialmente no respeito aos controles internos e na observância às melhores práticas. O Conselho de Administração (CA) é apoiado pela Diretoria Estatutária.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Atualmente, a composição do Conselho

taxa de juros da debênture corresponde a CDI + 1,90% a.a. Como garantia, a Companhia tem a obrigação de assegurar-se de que a soma do fluxo financeiro mensal dos últimos 3 (três) meses imediatamente anteriores à data-base correspondida a, no mínimo, 20% (vinte por cento) do saldo do valor total da emissão ou conforme o caso, do saldo devedor legal previsto na respectiva data-base. Adicionalmente, o fluxo mensal não poderá ser inferior a R\$ 8.000 de recebíveis de locação, em qualquer mês individual ("fluxo mínimo mensal"), transitando em conta corrente "Escrow" do Banco Santander. A escritura da debênture contém cláusula contratual restritiva (covenants) que estabelece que ao final de cada exercício o índice financeiro calculado pela razão entre a Dívida Líquida e a EBITDA deverá ser inferior a 2,50 (dois e meio), e o montante de caixa e aplicações financeiras deverá ser superior a R\$ 5.000. Na ocorrência de qualquer dos eventos acima a dívida se torna imediatamente vencida. A Companhia monitora o indicador de covenants acima mencionado, que em 31 de dezembro de 2025 e 2024, alcançaram os seguintes patamares:

	31/12/2025	31/12/2024
Memória de cálculo dos covenants		
Lucro bruto	122.689	137.505
Despesas comerciais	(10.700)	(9.288)
Despesas administrativas	(22.110)	(19.064)
Depreciação e amortização	36.477	39.112
Receita/despesas não recorrente (a)	-	(27.123)
EBITDA (*)	126.356	121.142
Dívida líquida de caixa (b)	142.596	43.395
Índice calculado	1,13	0,36

(*) Conforme contrato de debêntures, a definição do cálculo do EBITDA: significa o resultado bruto, subtraído das despesas de comercialização, despesas administrativas, acrescido dos valores de depreciação e amortização. (a) O saldo refere-se a recuperação de saldos de um cliente específico no exercício de 2024. (b) A seguir demonstramos a composição da Dívida líquida de caixa:

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e debêntures	197.866	136.659
Gastos com emissão de dívidas	2.761	957
Caixa e equivalente caixa	(58.031)	(94.221)
Dívida líquida de caixa	142.596	43.395

Empréstimos: Em 2 de outubro de 2020 a Companhia contraiu uma captação de R\$ 5.000 junto ao Banco ABC, a título de Capital de Giro, com garantia do BNDES. Este empréstimo tem carência de doze meses de pagamento de principal, a amortização ocorre mensalmente durante sessenta meses com prazo final em outubro de 2025, o contrato é livre de garantias e covenants. A dívida foi liquidada em 02 de outubro de 2025, conforme cronograma em contrato.

	31/12/2025	31/12/2024
12. Fornecedores e outras contas a pagar		
Fornecedores de materiais	4.931	2.947
Fornecedores de serviços e outros	10.726	10.852
Partes relacionadas - (nota explicativa 22)	389	389
Total	16.046	14.188

	31/12/2025	31/12/2024
13. Obrigações fiscais e trabalhistas		
Programa de integração social e contribuição para os fins sociais ("PIS e COFINS")	1.794	2.086
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS")	194	252
Salários e provisões trabalhistas	7.920	7.141
Instituto nacional do seguro social ("INSS")	379	1.292
Fundos de Garantia do Tempo de Serviço ("FGTS")	374	267
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	537	436
Outros impostos a pagar	-	84
Outros impostos a receber	149	-
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher ("IR e CS")	1.804	8.399
Total	13.151	20.229

	31/12/2025	31/12/2024
14. Imposto de renda e contribuição social diferidos		
a) Variações nos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos		
Reconhecidos no resultado 2023	157	(12)
Reconhecidos no resultado 2024	(12)	145
Perdas de crédito esperadas	278	2.156
Provisão de bônus	1.099	117
Perdas esperadas com estoques obsoletos/impairment	161	438
Outras provisões	214	918
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	33.327	3.587
Receita (CPC 47)	(1.343)	(4.643)
Imobilização (Ajuste de avaliação patrimonial)	(3.974)	1.088
Impostos diferidos líquido ativos (passivos)	29.919	3.649

A Companhia apresenta prejuízos fiscais acumulados de anos anteriores no montante de R\$108.571 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 108.571 em 31 de dezembro de 2024). A Administração constitui ativos fiscais diferidos no montante de R\$ 36.914 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 36.914 em 31 de dezembro de 2024). Com base nesta estimativa, a Administração acredita que é provável que esses créditos fiscais diferidos sejam compensados até dezembro de 2028. O imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") devem ser compensados da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Ano compensar		
2025	-	6.896
2026	8.592	7.440
2027	8.995	8.946
2028	9.450	9.766
2029	9.877	-
Total	36.914	36.914

	31/12/2025	31/12/2024
b) Reconciliação da alíquota efetiva do imposto		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	70.330	87.506
Alíquota oficial de imposto %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculado pela alíquota oficial	(23.912)	(29.752)
Diferenças permanentes	278	901
Despesas não dedutíveis	161	151
Receitas não tributáveis	(759)	383
Depreciação e juros sobre arrendamento indedutíveis	(24.224)	(28.317)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(32.036)	(31.966)
Imposto de renda e contribuição social diferido	7.812	3.649
Total	(24.224)	(28.317)

Alíquota efetiva 34% (i) Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025 e pelo Projeto de Lei Complementar nº 108/2024, ainda em tramitação. A Reforma prevê a substituição gradual do ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por tributos de base ampla sobre o valor agregado, quais sejam: o imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados e Municípios; a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal; e o imposto Seletivo (IS), com finalidade predominantemente regulatória e incidência sobre bens e serviços específicos. A implementação plena do novo sistema está prevista para 2033, com período de transição entre 2026 e 2032. A Administração da Companhia acompanha a evolução da regulamentação infraconstitucional e avalia continuamente seus potenciais efeitos. Eventuais impactos decorrentes da implementação da CBS, do IBS e do Imposto Seletivo serão reconhecidos e divulgados oportunamente, incluindo eventuais custos relacionados à implementação de sistemas e obrigações acessórias adicionais, quando se tornarem mensuráveis e efetivamente aplicáveis. Dessa forma, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não contemplam quaisquer efeitos relacionados à adoção futura desses tributos.

	31/12/2025	31/12/2024
15. Provisão para demandas judiciais		
Ativo de indenização (a) (nota explicativa 21)	-	233
Multa moratória recuperável (b)	876	876
Outras contas a receber	876	1.109
Depósitos judiciais	93	95
Provisão de contingências	(348)	(659)
Total líquido	621	545

(a) Corresponde ao ativo de indenização originado na aquisição da empresa "Indústria Brasileira de Infláveis Nautika". O contrato inclui cláusulas estabelecendo que os ex-controladores são contratualmente obrigados a indenizar a Companhia pelo resultado das contingências ou incertezas relacionadas a processos trabalhistas, judiciais e administrativos. (b) Trata-se da discussão parte do crédito relativo à denúncia espontânea. Dos R\$ 851 pleiteados, a Fazenda questionou apenas R\$ 4. O processo está pronto para ser sentenciado, após termos desistido dos R\$ 4 que seriam controversos. O prognóstico de perda é remoto, especialmente diante do reconhecimento do direito pela PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional).

	31/12/2025	31/12/2024
i) Movimentações da provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais:		
Ativo de indenização (A)	876	876
Multa moratória (B)	1.134	1.209
Depósitos judiciais (C)	154	154
Provisão (D)	(179)	(179)
Total	1.085	1.056

Perdas possíveis em 31 de dezembro de 2024 2.309 151.699 3.997 158.005
Perdas possíveis em 31 de dezembro de 2025 2.495 117.004 4.917 123.596

(i) A Companhia avaliou como perda possível o risco de um processo de natureza civil cujo polo ativo é o Ministério Público Federal. Trata-se de Ação Civil Pública que tem por objetivo obrigar a Companhia requerida a abster-se de dar saída à veículos de carga de seus estabelecimentos comerciais ou de terceiros por ela contratados, com excesso de peso, em desacordo com as especificações de carga dos veículos, devendo observar o cumprimento da legislação prevista no Código de Trânsito Brasileiro. O valor atual da ação é de R\$ 2.495 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2.309 em 2024). (ii) A Companhia tomou ciência da lavratura dos autos de infração em 09 de outubro de 2020 relacionado ao processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para a cobrança do IRPJ e da CSLL em 2016, acumulados com juros de mora e multa de ofício qualificada, que teve uma movimentação em 2021 a partir da qual a multa deixou de ser qualificada, pendente de confirmação pelo plenário do CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais). Em 19 de setembro de 2022 a Companhia recebeu novo auto de infração referente a cobrança de IRPJ e da CSLL relativo aos exercícios de 2017 e 2018 cujo saldo em 31 de dezembro de 2025 foi R\$ 117.004 (R\$ 151.699 em 2024). Objeto do auto segundo Termo de Verificação Fiscal, a Tópico tinha incorrido em exclusão indevida de amortização de ágio para fins fiscais. Em decorrência da infração acima, a Autoridade Fiscal também realizou ajuste no prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL apurado pela Tópico no ano-base de 2015. O montante total de R\$ 117.004 de perdas possíveis em 31 de dezembro de 2025, contempla o montante de R\$ 368 referente ao auto de infração exigindo pagamento da medida compensatória Antidumping datado em 22 de junho de 2020. A administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos de externo, julgou o risco como possível. (iii) A Companhia avaliou como perda possível o risco de vinte e quatro processos trabalhistas, que estão em fase introdutória e/ou de conhecimento processual, cujo montante de valor de causa atualizado em dezembro de 2025 é de R\$ 4.097 (R\$ 3.997 em 2024). Os processos trabalhistas movidos contra a Companhia estão relacionados principalmente a pedidos de pagamento de horas extras e reflexos.

16. Patrimônio líquido - a) Capital social: O capital social da Companhia, após a consolidação, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 88.043 (R\$ 88.043 em 31 de dezembro de 2024). O capital está dividido em 88.043.000 (oitenta e oito milhões, quatrocenta e três mil) ações, totalmente subscritas e integralizadas, com a seguinte composição acionária:

	Ações	Capital social	Participação
SCG IV Holding S.A.	61.630.100	61.630	70,00%
Ricardo Vantini	25.796.598	25.797	29,31%
Odair Benedito L. da Silva	308.151	308	0,345%
Francisco Mesquita Neto	308.151	308	0,345%
Total	88.043.000	88.043	100,00%

b) Ajuste de avaliação patrimonial: Até 31 de dezembro de 2025, a realização de avaliação patrimonial por depreciação de imobilizado, líquida de efeitos tributários, foi de R\$ 1.537 (R\$ 2.002 em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de ajuste de avaliação

patrimonial de R\$ 4.175 (R\$ 5.712 em 31 de dezembro de 2024) é representado por: Reavaliação da vida útil do ativo imobilizado e adoção do custo atribuído (deemed cost) promovida pela Tópico em 2009, quando da adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, em linha com os preceitos do ICP 10 - "Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimentos dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43", no montante de R\$ 235 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 623 em 31 de dezembro de 2024). • Custo atribuído do ativo imobilizado da Nautika no momento da incorporação dos ativos na Tópico. O ajuste de avaliação patrimonial corresponde a R\$ 3.940 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 5.089 em 31 de dezembro de 2024). c) **Reserva legal:** Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, a Companhia constitui reserva legal à razão de 5% do lucro líquido do exercício, até que o saldo dessa reserva atinja 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva legal totalizava R\$ 10.841 (R\$ 8.534 em 31 de dezembro de 2024). d) **Destinações dos lucros e dividendos após a constituição das reservas estatutárias:** O conselho de administração, nos termos do Estatuto Social da Companhia, determina que o lucro remanescente do exercício, após a constituição da reserva legal e eventuais destinações para reservas de contingência e respectivas reversões, quando aplicáveis, terá a seguinte destinação: i) 1% (um por cento) como dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; ii) por proposta dos órgãos da administração até 99% (noventa e nove por cento), poderão ser destinados constituição de Reserva Estatutária para Investimentos com finalidade de preservar integridade do patrimônio social e reforçar capital da Companhia visando do permitir realização de novos investimentos sendo certo que valor total destinado Reserva Estatutária para Investimentos não poderá exceder limite de 100% (cem por cento) do capital social quando somado ao saldo das demais reservas de lucros excetuadas as reservas para contingências de incentivos fiscais de lucros legais; e iii) Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as destinações previstas, poderá ser destinado conforme deliberação da Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho de Administração. A seguir apresentamos o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	46.150	59.189
(-) 5% da reserva legal	(2.307)	(2.959)
(=) Base de cálculo dos dividendos	43.843	56.230
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (1%)	(437)	(562)
Dividendos proposto por ação - em R\$	0,005	0,32

Durante o exercício também ocorreu a reversão de dividendos mínimos obrigatórios acumulados no montante de R\$ 381, anteriormente registrados no passivo circulante da Companhia. Adicionalmente, em Assembleia Geral realizada em 22 de julho de 2025 e Assembleia Geral realizada em 19 de dezembro de 2025, foram aprovadas, respectivamente a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 131.281, provenientes de reservas de lucros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve o pagamento de R\$ 140.000 em dividendo, provenientes de R\$ 20.000 do exercício anterior e R\$ 120.000 do exercício corrente. Dessa forma, o total de dividendos deliberados no exercício foi de R\$ 131.281, sendo pagos no exercício, R\$ 120.000 e R\$ 11.281 a serem pagos até o final do exercício de 2028. A seguir apresentamos a conciliação da distribuição de dividendos:

	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	(437)	(562)
Dividendos adicionais	(44.902)	(19.438)
Dividendos adicionais provenientes de reservas de lucros	(85.942)	(131.281)
Total	(131.281)	(200.000)

e) Resultado por ação: Os lucros e a quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas no cálculo do lucro básico por ação, são apresentados no quadro a seguir. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve alterações no número de ações ordinárias em circulação. Dessa forma, a média ponderada de ações utilizada no cálculo do lucro básico por ação corresponde ao total de ações ordinárias emitidas pela Companhia ao longo do exercício.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	46.150	59.189
Média ponderada de ações em circulação	88.043.000	62.233.000
Lucro básico por ação - em R\$	0,53	0,95
17. Receita de contratos com clientes		
Venda de galpões e peças	235.577	222.387
Arrendamento de galpões	43.463	51.241
Receita de manutenção	3.385	3.944
Recursos de terceiros	282.425	277.972
Impostos e outras deduções líquidas sobre arrendamentos, vendas e serviços	(27.332)	(26.540)
Total	255.093	251.032

	31/12/2025	31/12/2024
18. Gastos por natureza		
Custos e Produtos Vendidos	170.025	170.025
Despesas Comerciais	(465)	(939)
Despesas Administrativas e Gerais	(939)	(11.429)
Salários e encargos	(25.611)	(19.128)
Aluguéis de imóveis	(250)	(6)
Montagem	(7.675)	-
Depreciação do imobilizado	(35.862)	(478)
Amortização do intangível	(317)	-
Aluguéis de equipamentos	(15.190)	(363)
Fretes e carretos	(13.464)	(45)
Acomodação e viagens	(14.020)	(663)
Assessoria jurídica e consultoria	(462)	(4.908)
Serviços de terceiros	(1.275)	(1.902)
Provisão para demandas judiciais	(249)	(689)
Resultado da venda de ativos imobilizados	(5)	-
Outros	(505)	(2.235)
Total	(132.404)	(10.656)

	31/12/2025	31/12/2024
19. Despesas financeiras líquidas		
Despesas financeiras	(21.727)	(22.653)
Juros sobre empréstimos e debêntures (nota explicativa 11)	(751)	(1.296)
Juros sobre arrendamento mercantil (nota explicativa 10)	(215)	(201)
Despesas bancárias	(118)	(83)
Impostos sobre operações financeiras	(1.104)	(624)
Outras despesas financeiras	(23.915)	(24.857)
Receitas financeiras		
Receitas com aplicações financeiras	9.435	9.548
Rendimentos sobre contas a receber	1.070	889
Outras receitas financeiras	1.354	280
Total	(11.859)	(10.717)

Resultado financeiro, líquido
20. **Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos:** As transações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, outros créditos, empréstimos e debêntures, fornecedores e outras contas a pagar. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia avaliou os seus ativos e passivos financeiros que são apresentados ao custo amortizado. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. a) **Classificação contábil e valores justos:** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus valores na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, ou se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia tinha os instrumentos financeiros não derivativos citados a seguir. Exceto pelos empréstimos e debêntures, os valores justos dos instrumentos financeiros não apresentaram variações em relação aos saldos contábeis correspondentes.

	31/12/2025	31/12/2024
Classificação dos instrumentos financeiros		
Hierarquia do valor	31/12/2025	31/12/2024
Saldo justo	Saldo contábil	Saldo justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	6	
Caixa e bancos	1.795	1.795
Investimentos financeiros	6	
Certificados de depósitos bancários	2	
Contas a receber de clientes	7	
Passivos financeiros		
Fornecedores e outras contas a pagar	12	
Empréstimos e debêntures	11	
Passivo de arrendamentos	10	

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	1.795	1.795
Investimentos financeiros	56.236	56.236
Contas a receber de clientes	44.815	44.815
Passivos financeiros	16.046	16.046
Fornecedores e outras contas a pagar	16.046	14.188
Empréstimos e debêntures	197.866	197.866
Passivo de arrendamentos	12.175	12.175

O CPC 40 (R1) (IFRS 7) define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço pago para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para mensuração do valor justo, a saber: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2** - Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3** - Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (insuamos não observáveis). As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos os ativos e passivos de instrumentos financeiros ao valor justo incluem: • Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e • Análise de fluxos de caixa descontados. b) **Gerenciamento dos riscos financeiros:** A Tópico está exposta a vários riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), conforme descrito a seguir: i) **Risco de crédito:** Esse risco é proveniente da possibilidade de a Companhia não receber os valores decorrentes das prestações de serviços e vendas de produtos que não tem garantias. Para minimizar esse risco, a Administração procura receber valores antecipados. As perdas estimadas com esses clientes quirográficos estão integralmente registradas no valor total. Os valores contábe

Diretoria

Gustavo Pereira de Freitas Santos - Diretor Presidente

Claudio Fidelis de Goes - Diretor Financeiro e Relação com Investidores
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Leandro Aparecido Guizi - Contador - CRC1SP241046/O-8

Aos Administradores e Acionistas da **Tópico Locações de Galpões e Equipamentos para Indústrias S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Tópico Locações de Galpões e Equipamentos para Indústrias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais da auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou os assuntos, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Avaliação e Mensuração do Imobilizado (Galpões Logísticos):** Conforme divulgado na nota explicativa 9 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2025, o montante reconhecido à título de imobilizado é de R\$ 199.913 mil, o saldo de imobilizado representa uma parcela relevante dos ativos totais da Companhia. O imobilizado da Companhia é composto, substancialmente, por galpões logísticos destinados à locação, registrados ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável. A determinação do valor contábil do imobilizado envolve julgamentos significativos por parte da Administração, especialmente, riscos de distorções podem ocorrer caso haja falhas na movimentação (aquisições, baixas e transferências). Considerando a relevância dos montantes envolvidos, bem como o grau de julgamento requerido nas estimativas utilizadas, incluindo premissas relacionadas, valores de locação, custos operacionais e condições de mercado, entendemos que este tema é um principal assunto de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) Avaliação do desenho do processo relacionados ao processo de reconhecimento, mensuração e revisão do imobilizado; (ii) Análise das movimentações do período, como adições, transferências e baixas, com o objetivo de verificar se estavam adequadamente registradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis, considerando bases amostrais; (iii) Realização de inspeções físicas dos itens de peças em estoque para validar a existência dos ativos; (iv) Recálculo da depreciação com base nas taxas, métodos e datas de início de utilização, bem como avaliamos a razoabilidade das vidas úteis definidas pela Administração, quando aplicável, analisamos ainda a existência de indícios de perda por impairment. (v) Verificação da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos realizados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, incluindo sua consistência com as informações disponíveis, e com a melhor estimativa da Administração na data-base analisada. **Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos:** Conforme divulgado na nota explicativa 15 das demonstrações financeiras a Companhia possui registrada no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2025, saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$41.381 mil, decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição e diferenças temporárias, que foram considerados pela Companhia como recuperáveis com base em estudo técnico realizado por meio de projeção de geração de lucros tributáveis futu-

ros. Na determinação dos lucros tributáveis futuros, a Companhia utiliza-se de certas premissas, tais como estimativas de receitas de locações, custo de produção, despesas de depreciação, receitas e despesas financeiras, informações de projeções macroeconômicas e dados históricos as quais fundamentam as expectativas de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos nos próximos exercícios. Devido a incertezas inerentes ao processo de determinação dessas estimativas, que são a base para avaliação do valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e, consequentemente, a relevância sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, consideramos como um principal assunto de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a análise das bases que deram origem aos créditos tributários sob a legislação tributária vigente, incluindo o envolvimento de nossos especialistas de impostos nessa revisão; (ii) a avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como evolução das vendas e custos, projeção de outras despesas e receitas e de ajustes por diferenças permanentes e temporárias que fazem parte da determinação do lucro tributário, planejamentos tributários, alíquotas dos tributos e os cálculos aritméticos; (iii) a comparação de certos dados das projeções quando disponíveis, com outras fontes externas e alinhamento dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelos órgãos competentes da Companhia; (iv) a comparação da asserividade de projeções realizadas em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia no exercício; e (v) a revisão das divulgações efetuadas na nota explicativa 14 às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade dos créditos tributários diferidos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas utilizados para a determinação do valor de realização dos créditos tributários diferidos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto. **Reconhecimento de receita de contratos de arrendamentos de galpões:** Conforme divulgado na nota explicativa 17 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2025, o montante reconhecido à título de receita de arrendamento de galpões é R\$235.577 mil. A Companhia arrenda galpões flexíveis, estruturas de armazenamento e coberturas. A receita é reconhecida ao longo do tempo de utilização dos bens arrendados. O valor da receita a ser reconhecida, é formalizado por meio de contratos de arrendamento que são cobrados mensalmente, de acordo com os prazos de vigência da locação acordados contratualmente. Devido a relevância das receitas dos contratos de arrendamentos nas demonstrações do resultado, o volume de contratos vigentes, bem como potenciais riscos envolvidos com relação à competência do reconhecimento dessas receitas, consideramos o como um principal assunto de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) testes documentais em bases amostrais, incluindo o exame de contratos e (ii) recálculo dos valores do reconhecimento da receita, observando os períodos adequados de competência ao longo do ano e dos períodos contratuais; (iii) procedimentos analíticos sobre a movimentação mensal das receitas, contas a receber e recebimentos, para identificar movimentações inconsistentes às nossas expectativas obtidas a partir de nosso conhecimento prévio da Companhia que pudessem indicar potenciais problemas de competência; e (iv) a avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receita de arrendamento, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos aceitáveis os critérios de reconhecimento de receitas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras

ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2026.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC SP-034519/O

Guilherme Bento Radominski - Contador CRC PR-072661/O



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>